



LESA SORRES - ARQUIVON

Valores referidos no estudo não correspondem ao que as famílias gastam; algumas gastam menos, por não terem possibilidades

# Deficiência tem custos para famílias

**Estudo** revela que valores oscilam entre 4103 e 25 307 euros anuais

CARINA FONSECA  
sociedade@jn.pt

Ter uma pessoa com deficiência ou incapacidade na família implica custos que oscilam entre os 4103 e os 25 307 euros por ano, revela o Estudo de Avaliação do Impacto dos Custos Financeiros e Sociais da Deficiência, apresentado, ontem, em Coimbra.

“As condições de vulnerabilidade social e económica das pessoas com deficiência são óbvias”, concluiu Sílvia Portugal, coordenadora do estudo, realizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a pedido do Instituto Nacional para a Reabilitação. De acordo com a investigadora, a existência de pessoas com deficiência significa “elevadíssimos custos” para as famílias.

O modelo para calcular os custos consistiu na identificação de dez perfis, em função dos diferentes tipos de deficiência, com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Aquele que supõe um custo efectivo mais elevado - 25.307 euros

## Pormenores

### FAMÍLIA: CUSTOS DE OPORTUNIDADE

Os custos de oportunidade para a família são tidos em conta no estudo, ainda que não quantificados. Dizem respeito ao emprego (se, por exemplo, alguém deixa de trabalhar para cuidar da pessoa com deficiência); à vida afectiva e emocional (tudo gira à volta da pessoa); e à saúde (certas tarefas provocam desgaste físico).

### DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

A população com deficiência apresenta “desigualdades estruturais”, nomeadamente, menores níveis de educação, menor taxa de empregabilidade e maiores despesas com a saúde, entre outras, como explicou Sílvia Portugal, coordenadora do estudo, na apresentação do estudo.

### CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

“A centralização dos serviços continua a existir”, revelou Sílvia Portugal. “Encontrámos casos dramáticos no Interior do país”.

anuais - é o perfil número dez, alusivo às pessoas com deficiências graves no que respeita à mobilidade e às faculdades de manipulação, e que possuem elevadas necessidades de assistência pessoal. O perfil que tem o custo mais baixo - 4.103 euros por ano - é o número oito. Diz respeito às pessoas que têm dificuldade em deslocar-se, devido a alterações nos membros inferiores, embora não careçam de cadeira de rodas.

Estes valores referem-se aos custos efectivos (neles está deduzida a contribuição do Estado) da satisfação das necessidades da pessoa com deficiência, da garantia da sua autonomia e qualidade de vida, não correspondendo ao que as famílias gastam, como vincou Sílvia Portugal, em declarações aos jornalistas. Há quem gaste menos que isso, por falta de condições financeiras; e quem, podendo, gaste mais.

Outra conclusão apontada pela investigadora é que “os apoios do Estado ainda são insuficientes, apesar do esforço enorme que foi feito”, na área, nos últimos anos.

Agregados familiares enfrentam “elevadíssimos custos”. Inclusive de oportunidade

“Pela primeira vez, temos um ponto de partida para que possamos olhar para os diferentes cenários e os diferentes tipos de deficiência e ver quais são os custos associados e que são acrescidos para as famílias com pessoas com deficiência”, disse a secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, aos jornalistas, à margem da sessão. Sem deixar de observar que a deficiência é uma área sobre a qual “não é muito habitual produzir-se conhecimento”, no país. ■